

***As Hierarquias do Silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia.***

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Doutor em História Social

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

durvalaljr@gmail.com

RESUMO: Esse texto trata de não-ditos significativos, normalmente negligenciados, no momento de se realizar um estudo no campo da história da historiografia. Na busca por tudo que é dito sobre aquele ou aquilo que estuda, na prevalência da escritura de quem ou sobre quem ou o que seu estudo se debruça, o historiógrafo tende a ignorar um conjunto de signos, de sinais, de pistas que são muito significativas no momento de se realizar um estudo de história da historiografia. Tratarei nesse texto de alguns desses silêncios que significam, desses esquecimentos que fazem sentido, desses apagamentos que inscrevem algo e alguém em dado lugar, dessas ausências eloquentes, das hierarquias que advêm de dados gestos, de dadas operações, de dados procedimentos que, no campo da historiografia, produzem significação não apenas pela citação, mas também através da omissão, em dadas circunstâncias e lugares de fala.

PALAVRAS-CHAVE: silêncios; significação; hierarquias; não-ditos; história da historiografia

ABSTRACT: This text deals with significant not said, often neglected, sayings at the time of a study in the field of the history of historiography. In the quest for everything that is said about one or what he studies, in the prevalence of the writing of whom or on whom or what his study is concerned, the historiographer tends to ignore a set of signs, signs, clues that are very significant at the moment of conducting a study of the history of historiography. I will deal in this text with some of those silences which signify, from these forgetfulnesses that make sense, these deletions that inscribe something and someone in a given place, these eloquent absences, the hierarchies that come from data gestures, given operations, data procedures that in the field of historiography, produce meaning not only by citation, but also by omission, under given circumstances and places of speech.

KEYWORDS: silences; significance; hierarchies; not said; history of historiography

Os estudos de história da historiografia costumam tratar do que foi dito pelos historiadores. Abordam o porquê deles dizerem algo sobre o passado e o porquê de dizerem de dado modo, de dada maneira. A ênfase se dá nos ditos e escritos: elege-se como fontes as entrevistas, as memórias, a correspondência, a fortuna crítica, os textos e seus contextos. Tudo aquilo que o autor escreveu ou disse, assim como tudo que sobre ele foi dito ou escrito interessa ao estudioso de história da historiografia e constituem a documentação que privilegia. Nas obras dos autores, no tratamento que deram aos seus temas de pesquisa, nos debates de ideias, de concepções sobre o fazer historiográfico de que participaram, na atuação acadêmica, profissional e política dos profissionais de

história, o estudioso de história da historiografia vai buscar os elementos significativos para analisar dada escola historiográfica e dado historiador. O historiador da historiografia torna-se um caçador de palavras, um detetive de alfarrábios, um perscrutador de sebos, bibliotecas e arquivos públicos e pessoais. Persegue um nome, em toda parte onde ele se encontra. Procura tocar tudo aquilo que o autor, objeto de sua análise, tocou, ler o que ele leu, anotar o que ele anotou, acompanhar todos os seus aparecimentos discursivos e comparecimentos por escrito. Sua obsessão é ir em busca de tudo o que foi falado ou registrado sobre a corrente historiográfica, sobre a trajetória daquele historiador que submete a análise. Nessa busca pelo vozear em torno daquele que estuda, de toda a sua escritura, o historiógrafo tende a ignorar um conjunto de signos, de sinais, de pistas que são muito significativas no momento de se realizar um estudo de história da historiografia. Essas pistas, esses indícios, esses sinais, ao contrário daquilo que comumente constitui as fontes para um estudo de história da historiografia, são da ordem do silêncio e não da ordem da fala, são da ordem do esquecimento e não da ordem da lembrança, são da ordem do não-dito e não da ordem do falado, são da ordem do apagamento e não da ordem da escritura, são da ordem da ausência e não da ordem da presença. Tratarei nesse texto de alguns desses silêncios que significam, desses esquecimentos que fazem sentido, desses apagamentos que inscrevem algo e alguém em dado lugar, dessas ausências eloquentes, das hierarquias que advém de dados gestos, de dadas operações, de dados procedimentos que, no campo da historiografia, produzem significação através da omissão, tanto quanto da citação, em dadas circunstâncias e lugares de fala.

### **Espacializando hierarquias de prestígio.**

Abrir uma coletânea; nela procurar o autor que estamos estudando; encontrar seu texto, lê-lo sofregamente; fazer anotações a partir dele; registrar o que disse de mais significativo, as ideias originais que possa ter exarado sobre o metier do historiador, sobre seus procedimentos; observar suas preocupações de método; prestar atenção a quem comparece em suas notas de rodapé, em quem merece sua citação, favorável ou desfavorável; destacar os conceitos que utiliza; as fontes que manipula: gestos comuns

entre os estudiosos de história da historiografia. No entanto, adjacentes a todos esses aspectos, que podemos observar analisando o que autor escreveu, indo a seu texto, estão funcionando outras operações, outros procedimentos que, embora não apareçam ao rés do texto, são também práticas significativas e de significação. Se o historiógrafo está preocupado em localizar aquele escrito no interior de uma dada tradição historiográfica, em situá-lo no interior do debate acadêmico; se busca discernir qual o lugar aquele texto ocupa na obra, na trajetória, na carreira do historiador que está estudando; se busca encontrar seu *locus* temporal e institucional; muitas vezes esquece de observar a sua localização espacial na própria coletânea que tem em mãos. Afinal a arquitetura da própria coletânea, a distribuição dos textos que a compõem, a rede de textos e autores que a constitui, as hierarquias que são estabelecidas entre os escritos e seus formuladores, são muito significativos para localizarmos cada escrito ali publicado no debate historiográfico de sua época e para avaliarmos o prestígio que cada autor que ali comparece possui, na época em que aquela publicação foi feita. A espacialização dos textos e autores que compõem uma coletânea, dado número de uma revista ou periódico, diz muito das hierarquias de legitimidade e prestígio, no interior da área de história, no momento de sua publicação. Sabemos que estamos crescendo em reconhecimento, que nossa produção acadêmica está se tornando referência à medida que vemos nossos textos irem subindo na localização nos sumários de livros e revistas (Ver, por exemplo: ERTZOGUE & PARENTE, 2006; VARELLA, MOLLO, MATA, ARAUJO, 2008).

É importante observar e levar em conta, como um dado significativo para a pesquisa no campo dos estudos de história da historiografia, os sumários de livros coletivos e de revistas acadêmicas, não apenas porque eles nos ajudam a encontrar o texto do autor que estamos estudando, mas porque eles, em si mesmos, podem nos oferecer alguns importantes elementos de análise. A maioria dos livros coletânea são constituídos pela contribuição de autores que foram convidados pelos organizadores da publicação ou resultam da reunião de trabalhos apresentados em um dado evento, ao qual compareceram, muito frequentemente, historiadores convidados pelos promotores. O sumário, portanto, já nos ajuda a mapear uma dada rede de historiadores ou de pesquisadores a qual o autor, que é nosso objeto de preocupação, estaria filiado.

O sumário nos ajuda a conhecer as redes acadêmicas da qual o autor foi ou é partícipe, quais as relações profissionais e pessoais sustentavam e sustentam a sua atuação, a quais grupos de apoio e discussão ele pertencia ou pertence ou, pelo menos, a quais grupos vinha ou vem tentando se integrar (Ver, por exemplo, GUIMARÃES, 2006; NEGRO, SOUZA E BELLINI, 2009). O fato da coletânea ter um ou mais organizadores indicia que eles são lideranças acadêmicas, capazes de arrebanhar aqueles que compõem a tal coletânea (Ver, por exemplo, FERREIRA, LUCA e IOKOI, 1999; MARTINS, 2010).<sup>1</sup> No entanto, pode ser o contrário, os organizadores podem ser historiadores ainda em busca de prestígio, que dispõem de acesso ao mercado editorial e utilizam esse capital para, convidando dados nomes consagrados da área, para figurarem no livro que organizam, transferir, assim, para eles o prestígio de que seus convidados gozam. Se o autor que se está pesquisando é organizador frequente de coletâneas, isso indicia que ele dispõe de trânsito e legitimidade entre os pares, que ele se constitui em uma liderança acadêmica. O fato de figurar na capa do volume como organizador, reunindo os nomes que aparecem no sumário, confere status de liderança acadêmica àquele que assim figura. Quanto maior prestígio acadêmico gozam aqueles que compõem o volume, maior prestígio é transferido para quem o organiza (Ver, por exemplo, MALERBA, 2006; ALBUQUERQUE JR; VEIGA-NETO E SOUZA FILHO, 2008).

Mas o sumário não é apenas a espacialização de uma rede de escritos e autores, não é apenas a materialização de relações acadêmicas e pessoais, não é apenas uma pista para pesquisarmos estratégias de legitimação e consagração no campo historiográfico, ele é também a espacialização das próprias hierarquias de legitimidade acadêmica e de prestígio no interior da área da produção historiográfica. Podemos saber se o organizador de uma coletânea já é alguém com prestígio na área, observando a localização que dará a seu texto no volume, ao texto de sua autoria na distribuição dos capítulos (Ver, por exemplo, MONTENEGRO, GUIMARÃES NETO e ACIOLI, 2011). Quando o organizador ou organizadores de uma coletânea são neófitos, em busca de ascensão no campo, eles colocarão os seus textos no final do volume ou, no máximo, após os textos de todos aqueles autores de prestígio que convidaram para

---

<sup>1</sup> Há números da *Revista Brasileira de História* compostos, em quase sua totalidade, por artigos de colegas, de ex-orientandos ou de pesquisadores que faziam parte da rede de relações acadêmicas de quem exercia a editoria da revista, no momento. Veja-se, por exemplo, os números 18 e 20.

figurar em sua publicação e transferi-lhes a legitimidade que possuem (Ver, por exemplo, ERTZOGUE & PARENTE, 2006). Se os organizadores do livro são lideranças acadêmicas conhecidas, seus textos abrirão o volume, serão aqueles que servirão de isca para que os colegas possam adquirir a publicação. Um historiador desconhecido, em início de carreira, dificilmente figurará entre os primeiros textos de um livro ou mesmo de uma revista acadêmica. Para eles serão reservados os últimos postos no sumário, a não ser que o critério adotado, para distribuir os textos pelo livro ou revista, tenha sido a ordem alfabética. No entanto, a distribuição por ordem alfabética normalmente é adotada quando estamos diante de um conjunto de nomes já consagrados e de difícil hierarquização. A ordem alfabética, normalmente, é a saída adotada quando não se quer ferir susceptibilidades hierarquizando medalhões de uma dada área (Ver, por exemplo, RAGO e VEIGA-NETO, 2009). Quando a hierarquização se torna difícil, quando as relações acadêmicas e de poder no campo, aconselha a evitar a distribuição por graus de prestígio, pode-se adotar, também, a distribuição temática, adotando a ordem alfabética entre elas. No entanto, as vezes, a distribuição temática não segue a ordem alfabética, mas, sim a ordem de legitimidade acadêmica de cada área de pesquisa. Nesse caso observar os sumários das publicações se torna um importante indício das próprias hierarquias de reconhecimento entre os campos de pesquisa, entre as temáticas e objetos e até mesmo entre concepções teóricas e metodológicas (Ver, por exemplo, FERREIRA, LUCA e IOKOI, 1999; MATOS e BRANCO, 2015). Há sumários bastante reveladores a respeito daqueles que, no campo, são de difícil classificação, de quem são os apocalípticos, de quem são os não integrados, de quem são ovelhas negras da família, de quem são os periféricos ou marginais, de quem são os incômodos, de quem são apenas tolerados. Para eles é reservada a última sessão do livro, onde são agrupados por ser anódinos, por não serem facilmente arranjáveis em uma gaveta classificatória. Um título genérico e vago nomeia a sessão em que serão agrupados. O último lugar no sumário indicia que são periférico naquele livro, que não são seus artigos que dão o tom ou significado àquela publicação. Por algum motivo estão ali, motivo a ser pesquisado pelo estudioso de história da historiografia, mas estão num lugar periférico, de segunda categoria, já que foram arrinconados para a sessão das sobras, dos restos, dos que tinham que constar do livro

ou da revista, de alguma maneira e por algum motivo, mas não podiam ser o carro chefe da publicação (Ver, por exemplo, GUIMARÃES, 2006; ERTZOGUE & PARENTE, 2006).

A disposição dos textos no corpo do livro ou da revista, da qual o sumário é um retrato, costuma significar, também, um julgamento sobre a importância do texto publicado, sobre a centralidade da temática tratada, sobre a pertinência da abordagem realizada, inclusive, sobre a escrita do próprio texto. Os textos considerados de menor importância, que tratem de temas considerados menores ou periféricos, que partam de uma abordagem, de referenciais teóricos e metodológicos com os quais não concordam os organizadores do volume, que estejam vazados em um estilo que não seja visto como adequado para a escrita da história, se não puderem, por algum motivo, ser recusados (foi escrito por encomenda do próprio organizador do livro ou dossiê, foi escrito por alguém de prestígio na área), vão para o final do livro ou da revista, vão ocupar os últimos lugares no prefácio. Textos de iniciantes, daqueles que ainda gozam de baixo reconhecimento vão ser arrinconados no final das publicações (Ver, por exemplo, FERREIRA, BEZERRA e LUCA, 2006).

### ***Espacializando subordinações e submissões***

Quando abrimos uma revista especializada em estudos de história de historiografia, no Brasil, quando olhamos para seu sumário, dificilmente vamos encontrar um artigo de historiador brasileiro abrindo a publicação, sendo o primeiro a figurar no sumário. Isso só vai acontecer se aquele número não trouxer nenhum artigo de autor estrangeiro. Da mesma forma que as hierarquias entre regiões do país e entre instituições de pesquisa vão definir, em grande medida, as hierarquias no interior do campo historiográfico e, com elas, as hierarquias no interior das publicações da área, o mesmo ocorre quando se trata da relação entre o nacional e o estrangeiro. Embora, seja frequente, por parte dos historiadores, a crítica ao colonialismo, à submissão do país aos ditames advindos das potências internacionais, às subjetividades colonizadas de nossas elites, o campo acadêmico no país, e a historiografia não é uma exceção, reproduz de maneira constante e colonizada a hierarquia entre o nacional e o

internacional (não é mera coincidência que internacionalização, muitas vezes, é lida como reprodução do que vem de fora). O texto de autor estrangeiro receberá um tratamento privilegiado em relação ao texto de um nacional, notadamente se ele for europeu ou norte-americano. O autor estrangeiro tem que sempre figurar em primeiro plano, em qualquer publicação, porque ele confere status e prestígio, não só ao volume editado, mas para quem o editou. A publicação indicia que o organizador do dossiê ou o editor da revista é amigo de um autor estrangeiro, fala a sua língua, promove publicações de textos em língua estrangeira, figura como tradutor de textos de outros países, e essas práticas e relações é, no Brasil, atribuidor de prestígio e de legitimidade acadêmica.<sup>2</sup>

Para um estudioso de história da historiografia, o sumário de uma publicação também se torna importante indício dos contatos internacionais, das redes de trocas de ideias e de prestígio que articulam ou articularam pesquisadores nacionais e estrangeiros. Na relação entre um historiador brasileiro e colegas de outros países não se troca apenas ideias, bibliografia, conceitos, métodos de pesquisa, fontes, mas também prestígio e legitimidade acadêmica. Em um país que valoriza sobremaneira o estrangeiro, o simples fato de se manter contato com um autor de outros países, de poder trazê-lo para eventos, de ter o privilégio de traduzir e publicar os seus textos, notadamente se for um historiador e/ou intelectual de prestígio internacional, já confere prestígio e legitimidade acadêmica. O patrocínio de eventos em que dados autores internacionais comparecem, resultando, muitas vezes em publicações, no formato de livros coletâneas ou de revista acadêmicas, transfere o reconhecimento de que goza o convidado ou os convidados para quem o recebe (Ver, por exemplo, PALLARES-BURKE, 2000; RODRIGUES e JOANONI NETO, 2016). Já assistimos autores brasileiros a desfilar por várias cidades com um autor estrangeiro a tiracolo, aproveitando o ajuntamento de pessoas provocado pela presença do ícone

---

<sup>2</sup> Essa prática é recorrente em revistas como a *Revista Brasileira de História*, onde a presença da contribuição de autor estrangeiro, muitas vezes convidado pelo editor da revista a nela publicar, quase sempre merece a colocação de seu artigo como aquele que abre a revista. Encontramos essa prática nos números 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 28, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 46, 49, 56, 57, 61, 64, 65 e 68. Há uma nítida correlação entre quem ocupa a editoria da revista e a presença ou não dessa prática. Na revista *História da Historiografia* encontramos também essa prática, notadamente na seção de artigos livres e com menor frequências nos dossiês. Ela aparece nos números 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20 e 23.

historiográfico para propagandear seus próprios livros. Em troca o estrangeiro a merecer a tradução e publicação de todos os seus escritos, até quase suas notas de lavanderia, nas editoras em que o nacional possui influência.

Interessa sobremaneira a um historiador da historiografia, quando está diante de um sumário, analisar que tipo de relações acadêmicas e de outra natureza vinculam aqueles que ali se fazem presentes. Um simples sumário, com suas distribuições e hierarquias, são indicadores de relações políticas e acadêmicas no interior do campo. Ele materializa e sumariza a espacialização, no corpo do livro, de hierarquias entre outros espaços como: instituições, regiões e nações. Se um historiador de uma universidade localizada num estado ou numa região considerados periféricos, convida um autor que está vinculado a uma instituição localizada num estado ou região considerados centrais, para publicar um texto seu, em um livro ou revista, será o texto desse convidado importante a encabeçar a publicação (Ver, por exemplo, KLANOVICZ, SOCHODOLAK e ARIAS NETO, 2011; BARBALHO, 2015). No entanto, a recíproca não acontecerá. Dificilmente, somente em casos excepcionais, a ser estudados, o texto do autor militante em uma instituição, estado ou região considerados periféricos figurarão no topo do sumário de um livro ou revista. A não ser que tenha se tornado um autor nacionalmente conhecido, uma referencia nacional na área em que escreve e atua, seu lugar nas publicações indicará sempre o lugar menor que sua instituição ou região ainda ocupa nas relações no interior do campo historiográfico. Enquanto estiver identificado com o espaço hierarquicamente inferior ao qual pertenceria e representaria, enquanto não tiver transcendido esse lugar institucional e/ou regional que o identifique como subalterno, não será destaque em nenhuma publicação (ver, por exemplo, LEAL e FARIAS, 2015; GUTIÉRREZ, NAXARA e LOPES, 2003). Até mesmo os livros que publicar serão suspeitos de não possuir a mesma qualidade (ou o mesmo *Qualis* dos demais). Aqueles, então, que, equivocadamente, no meu modo de entender, se assumem como historiadores regionais ou locais, só ocuparão a frente da cena de coletâneas e revistas também consideradas locais ou regionais.

A relação hierárquica entre o nacional e o estrangeiro, o eterno complexo de inferioridade, de colonizado, que perseguem nossa intelectualidade, que coloca sempre

o internacional como superior ao nacional, repercute de modo claro na forma como os autores, obras e textos são hierarquizados no campo da historiografia no Brasil e em suas publicações. Estar vinculado a um dado grupo de pesquisadores internacionais, notadamente aparecer como discípulo de um dado autor estrangeiro, configura a própria forma como se dá a recepção dos autores, no país. A política de publicação, assim como a política editorial, seguem, em grande medida, as contingências dos contatos e relações entre autores brasileiros e estrangeiros. Enquanto autores com obras de grande qualidade, obras muito extensas e importantes, ficam sem tradução no Brasil, por não contar com um grupo de pesquisadores ou mesmo com alguém de prestígio acadêmico, que tenha contato e legitimidade junto as editoras, para propor sua tradução e publicação, autores menores terminam por ter toda a sua obra traduzida no país, por encontrar aqui o amparo acadêmico e editorial de alguém ou de um grupo. A troca de legitimidade e prestígio, nesses casos, é evidente. Como, no Brasil, basta ser um autor estrangeiro para contar com certa recepção colonizada e entusiasta, aquele que se acompanha de alguém que fala língua estrangeira e com ele desfila, de preferencia mantendo diálogos na língua não nativa, para pasmo dos circundantes, mesmo que o convidado venha redescobrir a pólvora, passa a ter prestígio acadêmico pelo simples contato de pele com o não nativo. Ao mesmo tempo, esse autor poderá apresentar em seu país de origem, os contatos internacionais que fez, as publicações que realizou em outras línguas e auferir o prestígio de ter circulação em outras plagas.

Portanto, um simples e inofensivo sumário é capaz de indiciar subordinações e submissões, de ser a espacialização e hierarquização de relações desiguais no campo acadêmico, de ser a disposição desigual de espaços institucionais, regionais e nacionais, de ser o signo da vigência, no campo historiográfico, em uma dada época, de dados tipos de relação de recrutamento de escritos e autores, de circulação de pessoas e escritos, da prevalência de dada cultura acadêmica e institucional, de dadas políticas de consagração e legitimação no campo historiográfico. Um livro e uma revista começam a falar, para o estudioso de história da historiografia, antes mesmo de que se inicie a leitura de seus capítulos ou artigos. A distribuição de seus textos e autores, a distribuição dos temas e subtemas em que se divide, aqueles que são responsáveis pela

organização e editoração, a origem nacional, regional e institucional dos que ali comparecem, tudo produz sentido e têm significados a ser investigados.

### **Esquecimentos ou silêncios eloquentes.**

Abre-se uma coletânea de artigos sobre a escrita da história. Em primeiro plano nos deparamos com uma apresentação. Um autor convidado, que não tem nenhum texto publicado naquele volume, por ser visto como uma autoridade na área, por já contar com legitimidade no campo, avaliza, através de seu texto, o valor daquela obra e reafirma a qualidade dos artigos que nela figura. Ao longo da apresentação, vai se referindo aos autores e textos que compõem a coletânea, sumariando e avalizando cada um deles, procurando explicitar a contribuição que cada um trás para a discussão sobre o tema que se propõem a abordar e dizendo dos méritos que cada um possuiria. Mas, eis que o apresentador “esquece” de se referir a alguns textos e autores, silencia sobre alguns capítulos que fazem parte da obra que apresenta (Ver, por exemplo, FICO, in: GUIMARÃES, 2006). Suponhamos que, efetivamente, o que ocorreu tenha sido um esquecimento, embora o apresentador tenha se referido a autores e artigos que, no sumário, se encontravam depois daqueles que pulara. Sigmund Freud já nos alertava para o fato de que não se esquece de algo ou alguém por acaso. O esquecimento seria um sintoma de operações inconscientes que mereceriam ser investigadas (FREUD, 1987). Embora o historiógrafo possa, facilmente, deduzir que esse “esquecimento” foi consciente, foi proposital, não deixam de operar, nesse gesto, dimensões emocionais, afetivas, irracionais, inconscientes que, no meu modo de entender, também devem interessar a uma pesquisa no campo da história da historiografia. Não há dúvida que esse é um gesto que denota vontade de silenciamento, desejo de que o outro não tenha dito o que disse no texto que consta no livro, se é que o apresentador leu efetivamente todos textos. Esse é um silêncio, que mesmo que tenha sido não proposital, vem acompanhado de desejo de silenciamento, de desejo de inexistência do outro e de seu escrito. O silêncio pode indiciar uma discordância quanto as ideias e maneiras de ver e dizer a escrita da história daqueles autores que o apresentador procura silenciar, e isso interessa ao pesquisador de história da historiografia. Mas, como diz Freud, não deixa

de estar implicada nesse gesto hostilidade, agressão, nele há um desejo, mesmo não consciente, de atingir o outro, de que o outro se sinta menor e desprestigiado. Nesse gesto, consciente ou não, há gozo perverso com a morte do outro e de suas ideias.

Talvez, se o leitor não é um dos autores atingidos pelo silêncio, nem perceberá que alguns dos autores e textos presentes na coletânea, não mereceram referência na apresentação, estão dela ausentes, gesto com que, talvez, o apresentador explicita seu desejo de que eles também não existissem na obra. Esse gesto de silenciamento, de esquecimento, fala muito do próprio apresentador. Se ele é o objeto de estudo do pesquisador de história da historiografia, esse gesto não pode ser negligenciado na hora de se traçar um perfil do tipo de relações que mantinha ou mantém com os colegas e com o campo. Tendo sido escolhido, por deferência do organizador da obra, como apresentador do volume, não nomeia alguns dos convidados daquele que o organiza e de quem lhe fez o convite, o que configura uma descortesia com o próprio colega que o convidou. Esse é uma forma de silêncio eloquente, ela fala das relações no interior do campo historiográfico, indicia as relações que existem entre os participantes daquela publicação, indica a relação entre o apresentador e aqueles que ele procura deslegitimar, desprestigiar com seu gesto de omissão, ele fala das divergências teóricas, acadêmicas, políticas e até pessoais que atravessam ou atravessavam as relações entre os pares. Amizades e inimizades, simpatias e antipatias, proximidades e distanciamentos, ciúmes, invejas, ressentimentos, raivas, lutas pelo poder, disputas e conflitos de todo tipo podem estar na origem de muitos silêncios, esquecimentos e omissões que encontramos nas publicações, nas obras que somos chamados a analisar num estudo de história da historiografia.

Os especialistas nos estudos de história da historiografia costumam valorizar e prestar atenção aos autores que são citados, que são referenciados, que constituem a bibliografia de artigos, capítulos de livros, livros e demais publicações no campo da historiografia. São analisadas as relações existentes entre o autor do escrito e aqueles autores a que ele se refere, sejam relações intelectuais, teórico-metodológica, seja relações pessoais, políticas ou institucionais. No entanto, para uma análise no campo da história da historiografia, tão importante quanto os autores que servem de referência para um dado texto, para um dado escrito, são aqueles que não são, propositadamente,

lembrados. Há lacunas bibliográficas que nascem do gesto de silenciamento de dados autores e de suas ideias, com as quais o autor do escrito não concorda. Não estou me referindo ao caso, evidentemente, de texto e autores ainda pouco conhecidos ou de baixa legitimidade entre os pares. Estou me referindo a autores e obras que, mesmo sendo referências no assunto, no tema, no problema que aquele escrito trata, é propositadamente esquecido. No Brasil, isso é um dos traços marcantes dos textos no campo dos estudos de história da historiografia: discute-se com o colega de Departamento fingindo que não é dele de que se trata. Autores estrangeiros, de eleição do desafeto acadêmico ou historiográfico, são alvejados em textos que são feitos para se travar um debate no interior da historiografia brasileira, fingindo que se trava um debate em termos internacionais (Ver, por exemplo, CARDOSO, 2005; REIS, 2006). Lançam-se coletâneas de textos internacionais, como estratégia de ataque a tendências historiográficas vigentes no país (Ver, por exemplo, MALERBA, 2006). Silenciar de toda forma o colega, não dar espaço para que ele fale ou dele se fale, é uma maneira de se travar as disputar por poder, disfarçadas de lutas em torno de maneiras de escrever e pensar a história. Orientadores chegam a proibir que seus orientandos citem determinados autores nacionais e estrangeiros, enquanto solicitam pressurosos que seus trabalhos sejam profusamente citados nas teses e dissertações que orienta. Exige que o autor estrangeiro, que tem como matriz teórica, sirva de Bíblia para todos que querem ter um trabalho acadêmico produzido sob seu comando. É importante, para quem faz um trabalho no campo dos estudos de história da historiografia, se perguntar porque dados autores nunca são citados ou referidos nos trabalhos de um dado profissional da área e de seus alunos? Como alguém, que é uma referência na área, nunca comparece, nem mesmo para ser criticado, em dados trabalhos acadêmicos?

É importante, para um historiógrafo, percorrer os anais de eventos, não apenas para constatar de que eventos participou aquele que é seu objeto de estudo. Tão importante quanto esse gesto, seria o de verificar os anais de eventos, na área em que ele atuava e pesquisava, que não contam com a sua presença. É verdade que, muitas vezes, a ausência se deve a outros compromissos ou prioridades, mas há ausências significativas e eloquentes. Se um dado evento periódico costumava contar sempre com a presença de um dado profissional, se ele sempre constou entre seus organizadores, se

ele sempre esteve entre aqueles que ali apresentavam trabalhos, deve-se investigar o que levou a que, a partir de um dado momento, sua presença tenha desaparecido, referências a seu nome nos trabalhos ali apresentados tenham escasseado, que nunca mais tenha sido convidado a dele fazer parte. Que mudanças acadêmicas e políticas levaram a esse ostracismo? Que mudanças de orientação temática, teórica ou política podem ter levado àquele profissional a se afastar ou ser afastado do grupo que comumente fazia parte e comparecia àquele evento? Que disputas internas, no interior do campo, possa ter levado àquele profissional a se segregar ou ser segregado daquela rede de pesquisa a qual pertencia? Sabemos que dados autores nacionais, e dadas referências nacionais e internacionais, chegam a ser proibidos em dados eventos. Os alunos bolsistas, ligados a meu grupo de pesquisa, já chegaram a ouvir, de um organizador de Simpósio Temático, que Michel Foucault ali não entrava, não podia ter seu diabólico nome citado. Eventos são realizados, muitas vezes, não para divulgar dada maneira de se escrever ou pensar a historiografia, para dar acesso ao que se produz em dadas pesquisas, mas para se contrapor a dados autores, escolas historiográficas ou dadas obras. Trata-se, nesses casos, da tentativa de se produzir o silenciamento daquele que se considera o oponente. Investigar a composição, portanto, de um dado evento, através de seus anais, deve levar em conta não apenas o que nele foi apresentado, a quem a ele compareceu, mas também quem deixou de se fazer presente, quem deixou de ser citado ou referido, quem, mesmo sendo referência na área, foi deixado de lado na hora de se montar o evento, de definir o rol de convidados. Merece análise, também, que lugar ele ocupou no evento. Sabemos todos que somente nomes de prestígio e legitimidade no campo fazem conferências, palestras, participam de mesas redondas. Aos iniciantes cabem os simpósios temáticos e as comunicações. À medida que um historiador conquista prestígio e legitimidade ele vai, ao mesmo tempo, subindo de posição nos sumários de livros e revistas, até começar a frequentar as primeiras páginas, escrevendo prefácios e apresentações e de lugares de fala nos eventos. Essa estratégia de pesquisa é importante, inclusive, para os casos em que o organizador ou organizadores do evento é/são o objeto da pesquisa do historiógrafo. Saber quem ele ou eles convidou ou deixou de convidar, a quem ele ou eles abriu um espaço de palavra e para quem ele ou eles fechou, a quem ele ou eles quis reduzir ao silêncio, que posições

e lugares lhes deram no evento, dirá muito de suas posições epistemológicas, teóricas e políticas, no interior do campo, inclusive de suas posturas éticas.

Sendo um campo simbólico, o campo historiográfico depende muito do acesso ao símbolo, do acesso à palavra. Somos um campo onde as disputas e alianças se dão em torno da palavra, do acesso à fala, da abertura e fechamento de espaços para a expressão, do acesso ou impedimento ao fazer sentido. A produção do silêncio, portanto, é correlato ao nosso campo. Evitar a expressão é produzir o silêncio e, com ele, o esquecimento, a ausência, a própria inexistência. Fazer o outro ficar em silêncio, não chamar atenção ou inviabilizar o acesso à fala do outro, é produzir a sua morte acadêmica. Um estudioso de história da historiografia, se está estudando um historiador que também foi professor, deveria prestar atenção naqueles historiadores ou pensadores sobre a história que fazem parte da bibliografia dos cursos que eram ou são por ele ministrados. Dar acesso aos alunos a dados autores ou sonegar-lhes o conhecimento, são estratégias que estão imediatamente vinculadas a dada maneira de entender o campo, de se filiar a dadas concepções historiográficas e de tentar vetar que outras maneiras de exercer o ofício e de entendê-lo chegue até as novas gerações. Trava-se uma batalha em torno da formação de novos pesquisadores, busca-se, em alguns casos, formar seguidores, séquitos, entourage, pupilos, através da desinformação e do silenciamento. As hierarquias acadêmicas, as hierarquias de poder, tornam-se hierarquias de silêncio, de veto, de desconhecimento daquele que pensa e faz diferente, que exerce de modo distinto o seu ofício de historiador. Os programas de curso tornam-se oportunidades de doutrinação ou de excomunhão do que pensa de maneira distinta. A pluralidade de ideias, de concepções, de práticas, de escrita, é substituída pelo pensamento único, pelo pensamento que se arvora a ortodoxia e que persegue todos os revisionismos (o stalinismo detestava revisionistas, os enviava para os gulags), todos os ceticismos, narrativismos, pós-modernismos, todas essas gavetas classificatórias que visam gerar a abjeção do outro, sem que nunca alguém se dê ao trabalho de se dizer o que significam e no que resultam historiograficamente.

### **Palavras que silenciam**

Há uma outra maneira de se produzir o silêncio, ou pelo menos de se produzir a marginalidade, a excepcionalidade do outro e, com ela, sua deslegitimação: a rotulação. Embora se fale do outro, embora até se possa lhe dar a palavra, se possa abrir espaço para que seu escrito seja publicado, o faz sob um dado rótulo que o estigmatiza ou, pelo menos, ressalta a sua excepcionalidade, a sua estranheza, o seu fora de lugar, o seu fora de propósito. Você abre uma revista acadêmica, na qual só deveria constar artigos científicos, artigos que formam um dossiê, artigos avulsos, resenhas e se depara com um escrito estranhamente rotulado de conferência, de ensaio, de palestra, de fragmentos. Fica claro, para um analista da produção historiográfica que existe ali, funcionando, um princípio de hierarquização. Ele não está dito ou explícito na apresentação do número da revista, mas ele está atuando ao nomear de forma excepcional, fora do expediente normal da revista, aquele escrito. Supõe, imediatamente, que deva existir um déficit de qualidade, de cientificidade, de rigor, entre aquele escrito estranho, bizarro, de difícil classificação e os demais artigos da revista. Aquele escrito, que não pôde ser enquadrado na categoria “artigo científico”, deve apresentar algum tipo de limite para ser assim rotulado. Ele foi publicado, ele não deixou de ser dado a ver e ler, mas, ao mesmo tempo, ele foi marcado por uma dada classificação que, no mesmo instante, o jogou para a margem da revista, o fez ser algo a não servir como exemplo de escrita ou de produção historiográfica. O rótulo está dizendo, leiam esse texto, mas ele não é um exemplo de artigo científico a ser produzido no campo da história, ele é uma anomalia. A um historiador da historiografia interessa sobremaneira a forma como os textos aparecem ordenados e classificados no interior das publicações, como eles são referenciados e remetidos. Quando se nomeia um texto de palestra ou conferência, possivelmente, é porque se julgou que as marcas de oralidade nele ultrapassam o permitido para um texto acadêmico ou que ele não possui o rigor, a observância das regras vigentes no interior da área. Quando se considera que um texto é um ensaio, também se o está definindo como um texto marcado pela provisoriedade, pela falta de verificação de seus dados ou fontes, por não seguir as normas adstritas do ofício.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Na revista *ArtCultura* n. 26, um artigo foi isolado dos demais e nomeado como Palestra: na *Revista Brasileira de História*, n. 65, não apenas se abriu uma sessão chamada Memória, inexistente no expediente normal do periódico, para abarcar dois artigos, mas também em um deles o título foi

Mas, muitas vezes, esses rótulos visam marcar como diferente, como academicamente inaceitável, textos com dados estilos de narrativa, que fogem do convencional, que inauguram maneiras de escrever a história, que ainda não são consensuais entre os pares. No entanto, para um estudioso de história da historiografia, o fato desses textos anômalos, esses abortos terem encontrado guarita em alguma publicação, pode indiciar que o seu autor é alguém com tal legitimidade e prestígio no campo que pode se dar ao luxo de desafiar as regras prevalecentes no interior da comunidade e, assim mesmo, ver o seu escrito vir à luz. Um iniciante no ofício jamais conseguiria que seu experimento historiográfico fosse acolhido por uma publicação. Quanto menor o prestígio, mais rigorosas se fazem as regras para a publicação. Quando um historiador consegue publicar, mesmo que sob rótulos estigmatizantes, tudo aquilo que escreve, é sinal de que já goza de prestígio e legitimidade entre os pares, que ocupa, possivelmente, posições de poder no campo, que o torna quase um intocável e que, por isso, tem seus filhos estranhos acolhidos pelas publicações, mesmo que para isso tenham que ser marcados com o estigma infamante de dadas classificações extraordinárias. É de interesse do estudioso de história da historiografia saber qual a relação existente entre o editor daquele periódico e o autor daquele texto de exceção, porque mesmo considerando aquele texto fora dos padrões normais de um artigo científico o acolheu para publicação, já que fica claro, nesses casos, que o artigo, evidentemente, não passou pela avaliação anônima do conselho editorial que, possivelmente, o teria recusado. Provavelmente o nome daquele autor conferia prestígio à revista, mesmo que nela viesse a publicar um texto que não se coadunava com as regras de publicação por ela seguidas. Há falas que silenciam, há nomes que provocam a infâmia, há classificações que desclassificam, há presenças que estimulam a ausência, há espaços concedidos que resultam em fechamento de espaços. Por que alguém iria ler, numa revista constituída de vários artigos científicos, justamente aquele patinho feio nomeado de ensaio? Um pesquisador que consultasse uma revista em busca de referências bibliográficas não ia se dar ao trabalho de ler aquele escrito nomeado de conferência ou palestra. A própria publicação está hierarquizando aquele escrito como

---

antecedido da denominação Conferência, para marcar sua excepcionalidade; na revista *Aulas*, n. 6, dois artigos mereceram, no sumário, a classificação, colocada entre parênteses de Ensaio.

menor, como desprezioso, como dotado de menor rigor, como afetado pela falta de cientificidade, como um mero artefato retórico e linguageiro.

Portanto, operações que são silenciosas, que não passam, necessariamente, pelo discurso, produzem sentido, conferem significado, são signos de dadas relações de saber e poder. Saber tomar essas operações silenciosas e de silenciamento como práticas constitutivas do campo historiográfico, é uma tarefa fundamental no momento em que se vai produzir um estudo de história da historiografia. A história dos escritos elaborados pelos historiadores, a própria história dos autores e das escolas historiográficas de que fizeram parte, a história da disciplina, das regras que presidiram a pesquisa e a escrita da historiografia, em um dado momento, passam pela observação e análise desses silêncios que significam, desses não ditos que dizem muito, dessas práticas de hierarquização, distribuidoras e reforçadoras de hierarquias de prestígio e legitimidade no interior do campo historiográfico. Os silêncios hierarquizam, fundam hierarquias silenciosas, chegando, em casos extremos, à negativa da existência do outro e de seus escritos. O desejo de morte e de assassinato percorre as páginas de periódicos, livros, de anais de eventos, habitam os convites para os eventos, a distribuição dos pares por uma dada programação acadêmica. Impedir e obstacular a fala, interditar o conhecimento do texto e do nome do outro, infamar ou difamar o colega e sua produção acadêmica, são gestos e procedimentos que fazem parte de uma academia onde a disputa por lugares de prestígio e de reconhecimento são a tônica. Como intelectuais vivemos de nossa reputação. A reputação, como a honra, são atributos precários e em constante necessidade de reafirmação. Pode-se tentar destruir a reputação de alguém somente com um silêncio eloquente em torno do que escreve e pesquisa. Fazer de conta que alguém não existe, que dados textos não foram escritos, é uma forma de disputar poder e de distribuir lugares de consagração e legitimidade. Pode-se dizer muito com um simples silêncio.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo e SOUZA FILHO, Alípio (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARBALHO, José Ivamilson Silva (org.). *Michel Foucault: história, ética e subjetivação*. Maceió: EDUFAL, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia da história: ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (orgs.). *História e sensibilidades*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP:Anpuh, 2008.

FREUD, Sigmund. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tânia Regina de e IOKOI, Zilda Grícoli (orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho d'Água, 2003.

KLANOVICZ, Jó; SOCHODOLAK, Hélio e ARIAS NETO, José Miguel (orgs.). *Regiões, imigrações, identidades*. Ponta Grossa: Anpuh-PR, 2011.

LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira (orgs.). *História regional e local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino*. Salvador: EDUNEB, 2015.

MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de e BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (orgs.). *Cultura, corpo e educação: diálogos de gênero*. São Paulo: Intermeios; Teresina: EDUFPI, 2015.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa (orgs.). *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Evergton Sales e BELLINI, Lígia (orgs.). *Tecendo histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: EDFBA, 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, João Paulo e JOANONI NETO, Vitale (orgs.). *Os 40 anos de Faire de l'histoire e a historiografia brasileira*. Cuiabá: EdUFMT, 2016.

VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio Ricardo da e ARAÚJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.